

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-717/2023/PGJ, DE 16.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-740/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Nonato, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.11.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-741/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	24.7 a 2.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-742/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lia Paim Lima, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	11 a 20.9.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-743/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lia Paim Lima, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-822/2023 - PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 3 a 7.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-825/2023 - PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 27.4 a 25.6.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-828/2023 - PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por motivo de licença, a partir de 15.6.2023, as férias remanescentes da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa concedidas por meio da Portaria nº e-1626/2022/PGJ, de 16.12.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-829/2023 - PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 29.6.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3582/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça no dia 30.6.2023, em razão de afastamento da titular, Ana Carolina Ramos Borges.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3608/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Alecy Dias da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Bela Vista, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Rio Negro, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 18.4 a 17.5.2023, em razão de afastamento do servidor Márcio Henrique Hada, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3609/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Dálete de Oliveira Cáceres, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Brasilândia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 3 a 7.7.2023, em razão de afastamento do servidor Luis Filipe Iwaki Martins, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3610/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jeferson William Turchiello, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Jardim, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos períodos de 28.6 a 7.7.2023 e de 10 a 17.7.2023, em razão de afastamento da servidora Letícia Fernanda de Souza Fernandes, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3644/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Lailene Couto Penteadó, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 75ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Núcleo da Cidadania no período de 14 a 23.6.2023, em razão de afastamento da servidora Claudia Regina Mendonça Evangelista, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3403/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Amanda Stephany Julio Barbosa por meio da Portaria nº 5633/2022-PGJ, de 16.11.2022, de forma que, onde consta “de 26.6 a 5.7.2023”, passe a constar “de 20 a 29.9.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3412/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Dayane Nunes Ramos Proença por meio da Portaria nº e-144/2023-PGJ, de 1º.2.2023, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.6.2023, a serem usufruídas no período de 15 a 24.2.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3620/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes por meio da Portaria nº e-17/2023-PGJ, de 11.1.2023, com redação dada pela Portaria nº e-582/2023-PGJ, de 1º.6.2023, de forma que, onde consta “de 11 a 20.9.2023”, passe a constar “de 21 a 30.8.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3643/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Roger Medeiros Batista por meio da Portaria nº 5784/2022-PGJ, de 23.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 2844/2023-PGJ, de 5.6.2023, de forma que, onde consta “de 25.9 a 4.10.2023”, passe a constar “de 21 a 30.9.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3462/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Milena Paula Rubio por meio da Portaria nº 5785/2022-PGJ, de 23.11.2022, de forma que, onde consta “de 19 a 28.7.2023”, passe a constar “de 14 a 23.8.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3485/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Rebeca Murano Borges por meio da Portaria nº 6232/2022-PGJ, de 8.12.2022, de forma que, onde consta “de 23.10 a 1º.11.2023”, passe a constar “de 17 a 26.7.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3486/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Alexandre Shiniti Shimada por meio da Portaria nº e-1262/2022-PGJ, de 7.11.2022, de forma que, onde consta “de 2 a 11.8.2023”, passe a constar “de 28.6 a 7.7.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3487/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Liza Lacerda de Barros por meio da Portaria nº e-1573/2022-PGJ, de 29.11.2022, com redação dada pela Portaria nº e-521/2023-PGJ, de 16.5.2023, de forma que, onde consta “de 17 a 26.7.2023”, passe a constar “de 24.7 a 2.8.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-807/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Celia Mara Fernandes da Silva, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença luto, no período de 27.6 a 4.7.2023, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-808/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Rony Pedroso Vasques, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.11.2023 e de 1º a 10.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-809/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-400/2023-PGJ, de 14.4.2023, que concedeu férias ao servidor Luiz Fernando Barros Mansano, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.3.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-810/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Erica Nascimento Arakaki, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2023 e de 18 a 27.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-811/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Nazira Quintana Hamer, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023, de 6 a 15.12.2023 e de 16 a 25.10.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-812/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Sérgio Frederico Pott Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-813/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Dayanne Araujo da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 16.10 a 4.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.8 a 1º.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-814/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Dálete de Oliveira Cáceres, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.9 a 4.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-815/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-816/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Geazy Vilharva Menezes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 17.7 a 5.8.2023 e de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-817/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Rodrigo Ribeiro Mota, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 6 a 15.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.7 a 5.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-818/2023/PGJ, DE 5.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.8 a 1º.9.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.7 a 9.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 13 DE JULHO DE 2023, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

**Ofício nº 0454/2023/CGMP/MS, de 16.6.2023.**

**7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Processo:****1. Reclamação Disciplinar nº 10.2022.00000094-8 – SIGILOSO**

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/PGJ/2017**

Processo: PGJ/10/0539/2017 – PGA 09.2022.00012511-5

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- WAGNER BRONZATI MENANI.**

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3º e 51 da Lei nº 8.245/1991, e no artigo 62, § 3º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 068/PGJ/2017, por mais 12 (doze) meses.

Valor mensal: R\$ 3.191,12 (três mil cento e noventa e um reais e doze centavos).

Vigência: 1º.08.2023 a 1º.08.2024.

Data de assinatura: 3 de julho de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00007344-3

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- INSTITUTO AOCP**, representado por sua Presidente, **Lilian Ravagnani Camilo.**

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 16.08.2023 a 16.08.2024.

Data de assinatura: 5 de julho de 2023.



## EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002488-9

Notificada: GUILHERME FARIAS DE SOUZA LTDA.

GUILHERME FARIAS DE SOUZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.671.207/0001-63, com sede na Rua dos Timbós, nº 491, Jardim Centro Oeste, Campo Grande/MS, CEP 79.073-153, fica notificada da aplicação da sanção de advertência, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993. A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alínea “F”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Não havendo recurso, será providenciada a inscrição da penalidade no SICAF (IN nº 3/2018). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3312-5596, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

#### BATAYPORÃ

#### EDITAL Nº 0023/2023/PJ/BIP

Extrato do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n. 0002/2023/PJ/BIP.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Promotor de Justiça Dr. Felipe Almeida Marques.

Compromissários: Magda Lopes Duarte da Silva e Elias Soares da Silva.

Inquérito Civil n. 06.2020.00000363-8.

Órgão de Execução: Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Batayporã/MS.

Objeto: Apurar desmatamento de 19,90 hectares em área de Savana (Cerrado) – Florestada (Cerradão), na Fazenda Rouxinol, em Batayporã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 498/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Consulta ao TAC: [consultaprocedimento.mpms.mp.br](https://consultaprocedimento.mpms.mp.br)

Batayporã, 04/07/2023.



---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 06/2023/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00000627-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00000627-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã.

Nível de sigilo: Restrito

Assunto: *Apurar eventual irregularidade na locação de imóvel sede do CREAS pela Prefeitura Municipal de Camapuã.*

Camapuã - MS, 28 de junho de 2023.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

**EDITAL N. 07/2023/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00000548-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00000548-1.

Requerente: Corregedoria-Geral de Polícia Federal – COGER/PF

Requerido: Município de Camapuã.

Nível de sigilo: Restrito

Assunto: *Apurar eventuais irregularidades no repasse de recursos públicos à SANESUL pelo município de Camapuã.*

Camapuã - MS, 28 de junho de 2023.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

---

**COXIM**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO SUJEITAS A INQUÉRITO CIVIL  
N. 09.2023.00004588-4****ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**“A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO E DO PODER PÚBLICO NA  
COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO URBANO”**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, às dezenove horas, na Câmara de Vereadores do município de Coxim/MS, realizou-se audiência pública organizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso,



presidida pelo Promotor de Justiça, Dr Moisés Casarotto, e teve como pauta a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, a existência de lixões clandestinos no município de Coxim, bem como a responsabilidade dos cidadãos e do Poder Público na coleta e destinação do lixo urbano.

A audiência pública foi aberta à sociedade, conforme lista de presença que segue anexa, e compuseram à mesa os Promotores de Justiça de Coxim, Dr. Moisés Casarotto e Dr. Victor Leonardo de Miranda Taveira, o Prefeito Municipal, Edilson Magro, o Presidente da Câmara Municipal, Ademir Peteca, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Sergio Alexandre da Silva e o 2º Sargento Fernandes da Cunha Oliveira, representante da Polícia Militar Ambiental.

Cumprimentando a mesa e todos os presentes, o Promotor de Justiça, Dr Moisés Casarotto, presidindo a audiência pública, abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e falando sobre o objetivo da audiência pública, entre eles a importância para o meio ambiente de se implantar o serviço de coleta seletiva de forma mais efetiva, identificar as causas que estão impedindo o recolhimento dos resíduos recicláveis de porta a porta, a importância de combater lixões clandestinos, bem como apontou a necessidade de buscar soluções juntamente com a sociedade e o Poder Público Municipal.

Após, fez o uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal, Ademir Peteca, o Prefeito Municipal, Edilson Magro, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Sergio Alexandre da Silva, os quais agradeceram ao Dr Moisés Casarotto pela realização da audiência pública e afirmaram o compromisso do Município de Coxim em resolver a problemática que envolvem a destinação do lixo urbano de Coxim.

Em seguida, o Dr Moisés Casarotto explicou sobre a abertura de dois lixões clandestinos na cidade, fato esse de conhecimento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a importância da população de não jogar lixo em locais em que não sejam destinados para esse fim, a importância da coleta seletiva para o meio ambiente e para os cofres públicos e, por fim, a destinação dos resíduos que não são contemplados pela coleta seletiva e nem pelos resíduos sólidos urbanos, tais como lixo de jardinagem (podas de árvores) e lixo de construção civil.

Aberta a palavra a sociedade, manifestaram-se na audiência pública os vereadores e vereadoras do município de Coxim, a representante da ex Associação dos Agentes Ambientais do Taquari (associação responsável até então pela triagem e comercialização de materiais recicláveis recolhidos no município de Coxim), o Dr Victor Leonardo de Miranda Taveira, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Sr Sérgio Alexandre da Silva, a docente do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenadora do Projeto Recicla + Coxim: Por uma cidade ambientalmente consciente, Sra Danielly Cristina de Andrade Palma, o representante da Empresa Rota Paisagismo Eireli, Sr Inácio Soares de Lima, o Prefeito Municipal, Sr Edilson Magro, a docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Sra Dinorah M. Vaz de Lima, a Secretária de Educação, Sra Michelle Alves Muller, a diretora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Sra Silvana Aparecida da Silva Zanchett, o assessor de relações institucionais, Sr Augusto Marques da Silva Neto, a Secretária de Receitas e Gestão, Sra Veronildes Batista, Gerente da Vigilância Sanitária de Coxim, Sr Luiz Eduardo dos Santos.

Após coletadas críticas, sugestões e proposições, o Promotor de Justiça, Dr Moisés Casarotto, pediu a palavra e sintetizou as proposições e encaminhamentos sugeridos em três eixos de trabalho concretos e outras providências correlatas:

#### Eixo 1 – Da Educação:

1.1 - Educação ambiental para todos os estudantes do município, em todos os níveis, devendo as escolas públicas e particulares, bem como as universidades, divulgarem também concretamente os dias de coleta seletiva em cada bairro da cidade (responsabilidade de divulgação e organização: secretaria municipal de educação, juntamente com a gerência de meio ambiente);

1.2 – Ampla divulgação da coleta seletiva nos meios de comunicação, especialmente rádio, jornal e redes sociais, com instruções sobre a coleta seletiva, inclusive os dias de coleta seletiva em cada bairro da cidade (responsabilidade de divulgação e organização: gerência do meio ambiente, juntamente com a comunicação social da Prefeitura);

1.3 – Elaboração e distribuição, em toda a cidade, de folder informativo impresso, com as instruções sobre a coleta seletiva, inclusive os dias de coleta seletiva em cada bairro da cidade (responsabilidade de divulgação e organização: gerência do meio ambiente, juntamente com a comunicação social da Prefeitura);

1.4 – Fixação de pelo menos uma placa em cada bairro, em local de maior movimentação, informando sobre a coleta seletiva, inclusive os dias de coleta seletiva em cada bairro da cidade (responsabilidade de divulgação e organização: gerência do meio ambiente, juntamente com a comunicação social da Prefeitura).

#### Eixo 2 – Da Organização do serviço de coleta seletiva pelo Município:

2.1 – O Município deverá organizar e exigir da empresa contratada para este fim a retomada imediata da coleta seletiva porta a porta na área urbana, com definição e divulgação dos dias de coleta seletiva em cada bairro da cidade



(responsabilidade: Município e empresa contratada para esta finalidade);

2.2 – Nos distritos e localidades da zona rural, instalar ecopontos ou equipamento similares para coleta seletiva, com definição dos dias em que serão coletados (responsabilidade: Município e empresa contratada para esta finalidade);

2.3 – Reorganizar a Associação dos Agentes Ambientais do Taquari para que possa prestar o serviço de coleta seletiva ao Município ou mesmo à empresa contratada, se for o caso, (responsabilidade: próprios agentes ambientais remanescentes, as Universidades com atuação no município, Sebrae e Ministério Público).

#### Eixo 3 – Da Punição:

3.1 - Responsabilização do cidadão que descartar lixo em locais inadequados, especialmente com aplicação de sanções administrativas e judiciais, pois a conduta, em determinados casos, pode configurar crime contra o meio ambiente, podendo a pessoa ser presa em flagrante e responder processo criminal (responsabilidade pela fiscalização: Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e órgãos de fiscalização do Município);

3.2 – Incentivar a população a gravar, fotografar e denunciar na Polícia as pessoas que depositam lixo em locais inadequados (responsabilidade pela fiscalização: Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e órgãos de fiscalização do Município).

#### 4 – Outras providências:

Ainda, os participantes também indicaram outras providências correlatas ao tema do lixo urbano, especialmente em relação ao restos de poda e jardinagem, bem como restos de construção civil, a saber:

4.1 – No local do atual transbordo, há duas valas provisórias, uma para depósito de restos de poda e jardinagem e outra para restos de construção civil, as quais não estão suficientemente identificadas, sendo necessária a instalação de placas para identificar o caminho e o local correto para descarte (responsabilidade: gerência de meio ambiente);

4.2 – Orientar e cobrar para que os servidores que trabalham na portaria do local do transbordo fiscalizem os veículos, públicos e particulares, que entrem para depositar restos de poda e jardinagem, bem como restos de construção civil, para que não entrem como outros tipos de materiais e restos, devendo neste último caso serem proibidos de ingressar no local. Para esta fiscalização é necessária a instalação de uma passarela ou equipamento similar para que o servidor possa ver por cima de veículos e caminhões mais altos (responsabilidade: gerência de meio ambiente);

4.3 - Exigir das empresas de "disque entulho" e similares da cidade para que façam a destinação adequada dos restos de material de construção, bem como só recolham este tipo de resíduos e não outros (responsabilidade: órgãos de fiscalização do Município, especialmente a Vigilância Sanitária, e Ministério Público);

4.4 - Exigir das empresas de "disque fossa" e similares da cidade para que façam a destinação adequada esgoto coletado (responsabilidade: órgãos de fiscalização do Município, especialmente a Vigilância Sanitária, e Ministério Público);

4.5 – Cadastrar e orientar as pessoas e empresas de jardinagem e poda da cidade para que façam a destinação adequada dos restos recolhidos (responsabilidade: gerência de meio ambiente e órgão de fiscalização do Município).

Por fim, o Promotor de Justiça Moisés Casarotto agradeceu a participação de todos e informou que seria lavrada e publicada a ata desta audiência pública no prazo legal, para amplo conhecimento, bem como serão tomadas providências para que representantes e autoridades adotem as medidas necessárias para solução dos problemas apontados nesta audiência.

Publique-se nos termos da Resolução CNMP 52/2012, especialmente no DOMP e a fixação na própria sede do MP em Coxim, bem como encaminhe-se cópia ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça e a todos os convidados por ofício desta audiência e também aos presentes que deixaram contato virtual.

E por ser a expressão da verdade, lavro a presente ata, em Coxim/MS, no dia 30 de junho de 2023.

**MOISÉS CASAROTTO**

Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0037/2023/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP: 79400-000, Coxim/MS – Telefone: (67) 3291-1483.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000619-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Ricardo da Silva Castilho

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,83 hectares sobre áreas declaradas como Reserva Legal e Área Consolidada, a qual demonstrava estar inalterada desde 1984, em área de tensão ecológica possivelmente integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Nova Canaã, em Alcínópolis/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 202/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Coxim/MS, 30 de junho de 2023.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0038/2023/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000592-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adeilton Corrêa de Moraes, Elizete Margarida de Luna Correa.

Assunto: “Apurar o desmatamento de 6,07 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e área Consolidada, a qual encontrava-se em regeneração natural há pelo menos 18 anos, na Fazenda São Pedro e Retiro Velho III, em Alcínópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 199/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Coxim/MS, 30 de junho de 2023.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0039/2023/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000646-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Angélica Antônio e Silva

Assunto: “Apurar o desmatamento de 13,72 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Vale da Benção, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 263/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Coxim/MS, 30 de junho de 2023.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça



---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0044/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006920-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00006920-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Celso Zachert

Assunto: verificar o cumprimento da Notificação nº NT005885/2022 emitido pelo IMASUL ao proprietário do imóvel rural Fazenda Cabeceira do Apa, Celso Zachert, relativo à apresentação de Prada junto ao CARMS 008105 para recuperação ambiental de áreas degradadas no imóvel rural (ACP nº 0900031-59.2022.8.12.0019).

Ponta Porã/MS, 29 de junho de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0016/2023/PJ/TRN**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro - CEP: 79190-000, Terenos/MS, Telefone: (67) 3246-1612.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000483-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cesar Adriani Berwanger

Assunto: “Apurar o desmate de 3,7958 hectares e de 3,1382 hectares, ambos de vegetação nativa, na Fazenda Fênix II, em Terenos/MS, realizado sem autorização prévia da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011776/2023 e Laudo de Constatação nº 015143/2023.”

Terenos, 02 de maio de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2023/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2021.00000942-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada pelo Município de Terenos/MS consistente na compra de medicamentos sem a prévia realização de procedimento licitatório.

Terenos/MS, 03 de julho de 2023.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça